

A POPULAÇÃO ROMANA DE CAMPO MAIOR

por

José d'Encarnação*

SUMÁRIO

Através da análise dos seis monumentos epigráficos romanos provenientes do território hoje englobado no concelho de Campo Maior, procura-se responder à questão: qual a população que, no tempo dos Romanos, aí viveu? Que grau de cultura possuía?

Conclui pela possibilidade de essa região, decerto pertencente ao termo de Mérida, ter sido povoada com colonos itálicos, possuidores — por isso — de um certo grau de cultura; e que não existem, por enquanto, vestígios de uma população autóctone pré-romana.

SOMMAIRE

L'Auteur analyse six monuments épigraphiques romains trouvés au territoire de Campo Maior, municipe situé au NE de l'Alentejo portugais, pour répondre à la question: quelle population, au temps des Romains, y habitait? Quel était son degré de culture?

Et il aboutit à la conclusion que cette région — qui appartenait sûrement au territoire de Emerita — a été colonisée par des gens de la Péninsule Italique, ayant une certaine culture. Il n'y a, d'autre part, aucun vestige de l'existence d'une population pré-romaine.

Sempre foi preocupação do Homem escrever, deixar rasto da sua passagem. Hoje, quando se pretende homenagear alguém ou comemorar uma data célebre, manda-se lavar uma lápide, que solenemente se inaugura. O casal de namorados, ao visitar um monumento histórico, não resiste a gravar, num coração trespassado, os dois nomes enlaçados e a data da sua presença. Os reis nomearam cronistas. O próprio Deus mandou gravar os dez mandamentos e entregou as tábuas a Moisés.

* Professor do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Membro da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Rua Eça de Queirós, 89, r/c — 2750 CASCAIS

Daí ressalta a enorme importância documental da Epigrafia, ciência que estuda o valor histórico das inscrições, através da sua interpretação e correcta integração no momento que as viu nascer e no local para que foram pensadas.

Todos os domínios da vida humana podem estar, pois, documentados por inscrições. E, nesse aspecto, os Romanos também não quiseram deixar os seus créditos por mãos alheias. Hoje em dia, o verdadeiro historiador da época nunca se poderá alhear das mensagens e das informações que os monumentos epigráficos lhe fornecem.

Vejamos, pois, o que nos reserva a epigrafia romana proveniente de Campo Maior e seu termo. Descreverei com algum pormenor cada um dos seis monumentos até agora conhecidos e aludirei, de imediato, à importância histórica de que cada um deles se reveste, de forma a procurar responder à questão: quem, ao tempo dos Romanos, viveu no território campo-maiorense? Quais as famílias mais importantes? Que grau de cultura possuíam?

OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS

a) Uma ara votiva

Procede da Herdade da Defesinha, perto da Ouguela, a árula dada a conhecer por Dias Diogo (1984). Desconhece-se o seu actual paradeiro e, por isso, para o seu estudo apenas se dispõe de uma fotografia (*foto n.º 1*).

Trata-se de um pequeno monumento, cujos toros e largo fôculo estão bastante danificados. Nota-se, sob eles, uma platibanda, dois toros e, na união com o fuste, um filete directo. A moldura da base, se a teve, desapareceu com eventuais reaproveitamentos da pedra em qualquer construção.

O que desperta curiosidade nesta epígrafe é o facto de o seu texto estar praticamente todo ele em siglas:

Q. P. R. D. S
V. Q. F. A. L
E. V. PO. POT
E M

Nem todas as letras se lêem distintamente, sobretudo na linha 4. E cá está um exemplo em que é suposto toda a gente compreender o significado das siglas, correntes nessa época. E, aqui, entra em jogo a perspicácia do epigrafista para justificar hipóteses de interpretação.

E. V. PO. desdobrar-se-á em E(x) V(oto) PO(suit), que é fórmula habitual em inscrições dedicadas a divindades e que significa «colocou por promessa». As siglas da linha 2 também não serão estranhas se as interpretarmos V(otum) Q(uod) F(ecit) A(nimo) L(ibens), expressão que surge noutros textos. Desta

sorte talvez possamos lançar luz sobre o sentido da linha 1: como, em Latim, as pessoas se identificam habitualmente mediante três nomes, as siglas Q. P. R. ocultarão a identificação do dedicante, que será um Q(*uintus*), único nome que poderemos desdobrar com segurança porque, dos outros dois, P é a inicial do nome da família, e não temos na zona, por enquanto, notícia de famílias romanas cujo nome comece assim; o último é o nome individual e, por isso, muito variável.

Tratando-se de um texto votivo, trará necessariamente o nome da divindade a que, reconhecidamente, se cumpre a promessa. Dias Diogo interpretou D. S. como D(*eae*) S(*anctae*), «à deusa santa», lendo, ainda nessa linha um T de *Turubrigensi*, epíteto por que era conhecida uma divindade indígena, Atégina, venerada no santuário de Turóbriga. Em nosso entender, porém, a identificação do teónimo por siglas ou através de nomes genéricos — neste caso, «deusa santa» — significa apenas que, por o monumento se destinar ao habitual lugar de culto, se dispensava uma identificação completa: todos sabiam qual era a «deusa santa».

O final é mais sibilino e resulta, quiçá, da má compreensão, por parte do gravador, do texto que lhe foi apresentado. Não encontro, de facto, explicação para as letras POT — bastante claras, aliás, na fotografia; E M poderá ser, como opina Dias Diogo, E(x) M(*onitu*), o que significaria que a oferenda fora feita «por mandado divino», mas tal não seria muito corrente.

b) A árgula funerária de Gaio Márcio Tusculano

Estudei, em 1984 (Encarnação 1984, 655-656), baseado apenas na notícia publicada pelo P.^o Henrique da Silva Louro (1956), uma inscrição que aquele sacerdote e meu prezado amigo dizia estar gravada numa «estela de mármore duns 60 cm de altura». O monumento foi recentemente reencontrado pelo Dr. Rogério Carvalho e deu entrada no museu municipal da vila.

Trata-se não de uma estela mas de uma graciosa árgula de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa (*foto n.^o 2*). Praticamente intacta¹ e bem polida, foi moldurada nas quatro faces² e apresenta capitel com toros e

¹ Leves escoriações nos cantos das molduras superiores e nas arestas do fuste (designadamente do lado esquerdo). Da parte inferior da base foi retirada uma lasca do lado direito e uma porção em baixo, do lado direito. A inscrição, porém, permanece incólume.

² A molduração aqui presente obedece aos cânones mais correntes em monumentos deste género. Assim, sob a platibanda que sustenta o capitel, há um listel simples, uma garganta encestada e um filete directo. Na base, a molduração é rigorosamente simétrica: filete reverso, gola directa, listel simples e faixa reversa, a que se segue uma porção mais rudemente debastada porque se destinava a ser encaixada na cavidade preparada para esse efeito na laje superior da campa.

fóculo³ (foto nº 3). Este tipo de monumento destinava-se a ser colocado sobre a campa do defunto e a concavidade superior, a que se dá o nome de fóculo (*foculus* em latim, «fogo pequeno»), recebia as essências que os familiares ali queimavam para celebrar a memória do falecido e lhe minorar o sofrimento além-túmulo.

Mede 68,6 centímetros de altura e 33,7 centímetros na sua largura máxima⁴. De notar, a sua pouca espessura⁵, que lhe confere particular beleza.

Do lado esquerdo do fuste, encontra-se esculpida, em relevo, uma pátera, de *umbo* (saliência arredondada) bem visível ao centro e 6 cm de diâmetro externo (foto nº 4). A pátera era um vaso sagrado que se usava para queimar essências.

No lado direito, em relevo também, um jarro (foto nº 5), de proporções não muito harmoniosas — 14 cm de altura, 6,5 cm de largura no bojo. Asa quase vertical, que liga a boca (larga, com fissura a assinalar a abertura) à parte superior do bojo. Colo largo. Bojo vagamente triangular. Pé oblongo. Pode classificar-se como um tipo dos vasos que os Romanos designavam por *lagoena*. Era, tal como a pátera, um vaso sacrificial e é corrente a representação de ambos em aras funerárias.

O epitáfio, redigido em latim como é hábito, diz:

D. M. S
C. MAR.CI.VS. TVS
CVLANVS
AN. L. H. S. E. S T T. L. AP
5 RONIA. MAXIMA
MA.RI.TA. PI.EN.TIS
SIMA. D. S. F.C.

Se desdobrarmos as siglas e as abreviaturas utilizadas⁶, o texto completo é o seguinte:

³ Os toros, bem cilíndricos, estão adossados ao fóculo, como que em baixo-relevo; nos topos, parte da circunferência é, pois, apenas sugerida por uma ranhura. O fóculo é súpero, bem circular, com 0,8 cm de profundidade e 9 de diâmetro exterior. Entre os toros, na face dianteira, o frontão é semicircular. Um conjunto deveras harmonioso, a denotar bons conhecimentos escultóricos.

⁴ Na parte superior, que designamos por capitel, a largura varia entre 30,5 e 22,3 centímetros; no fuste, ou seja, a parte intermédia que contém a inscrição, oscila entre 24 e 23,8; na base, entre 32,5 e 33,7.

⁵ Também a espessura não é totalmente regular: no capitel, vai de 10,2 a 17 centímetros; no fuste, 8,7/8,8; na base, 11,9 é a medida menor e 17,1 a maior.

⁶ Como ainda hoje acontece, para os textos não ocuparem muito espaço e a despesa de gravação não ser demasiadamente elevada, os canteiros romanos usavam siglas e abreviaturas daquelas palavras que, por serem correntes nesse tipo de textos, facilmente eram compreendidas pela maioria da população.

D(is) M(anibus) S(acrum)
 C(aius) MARCIVS TVS-
 CVLANVS
 AN(norum) L H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(erra) L(evis) AP-
 RONIA MAXIMA
 MARITA PIENTIS-
 SIMA D(e) S(uo) F(aciendum) C(uravit)

Vertido para portugueses, o epitáfio reza assim:

Consagrado aos deuses Manes.

Aqui jaz Gaio Márcio Tusculano, de cinquenta anos.

Que a terra te seja leve.

Aprónia Máxima, esposa muito piedosa, mandou fazer, a expensas suas.

Curiosamente, a contrastar com a esbelteza do monumento, os caracteres apresentam-se muito irregularmente gravados: as suas alturas variam entre 1,4 e 2,7 cm. É certo que as linhas estão acertadas do lado esquerdo, no seu começo, mas não se encontram direitas: os espaços interlineares variam entre 0,2 e 2,1 cm. Há palavras que foram divididas por duas linhas quando poderiam figurar numa apenas (é o caso, por exemplo, de Tusculanus) e mesmo a divisão silábica nem sempre foi respeitada (APRONIA). Por outro lado, o recurso à pontuação inter-silábica (MAR.CI.VS, MA.RI.TA), que poderia trazer, noutras circunstâncias, uma certa graça ao conjunto, no caso vertente, não passa de expediente sem efeito estético de monta.

Detectam-se, pois, neste simples monumento epigráfico de âmbito privado, dois níveis culturais, cada qual com a sua manifestação específica. Do ponto de vista formal, a árula obedece aos cânones clássicos e nada há, nesse aspecto, a apontar-lhe. O texto em si também se enquadra no que é habitual, sugerindo, portanto, que quem o redigiu está bem integrado na cultura romana, porque domina o estereotipado formulário sepulcral. Já o mesmo não direi, porém, de quem teve a seu cargo passar para a pedra o texto que lhe foi fornecido.

Por conseguinte, a cliente sabe ler e escrever com correcção, mas o artífice, se logrou captar bem os aspectos formais da sua arte, ainda manifesta bastante dificuldade em paginar o texto, segundo as regras gramaticais, no espaço de que dispõe. E o recurso à pontuação inter-silábica, que só os verdadeiros peritos sabem utilizar a preceito, resultou deficiente — era passada demasiadamente larga para a altura da perna...

Falarei mais adiante dos nomes aqui registados e das informações complementares que a sua análise pode fornecer. Atentemos, agora, em duas questões: a idade com que Tusculano faleceu e o modo como vem identificada a dedicante.

A expressão «de cinquenta anos» não pode ser tomada à letra. Os estudos epigráficos já nos permitem concluir que, muitas vezes, a idade com que as pessoas faleciam vem, nos seus epitáfios, indicada por um múltiplo de cinco. Os epigrafistas discutem ainda a razão deste facto. Uns opinam que, como os censos populacionais se faziam de cinco em cinco anos, as pessoas seriam levadas a pensar a sua idade em termos de censos quinquenais. Portanto, seguindo essa ideia, Tusculano teria figurado em dez censos. Outros pensam que, esteticamente, um múltiplo de cinco fica mais «bonito» numa inscrição. Finalmente, uma terceira explicação se poderá apontar: nesses tempos (como, de resto, até bem recentemente), não havia um registo cronológico rigoroso a nível pessoal; e, tal como ainda hoje, se calhar seguindo essa vetusta tradição, nós dizemos «fulano deve ter uns quarenta anos, uns vinte e cinco...», os Romanos indicavam na pedra a idade aproximada, porque (e isto parece-nos razoável) de facto a desconheciam com rigor.

Num epitáfio, é corrente a menção do dedicante. Visa-se perpetuar a memória do defunto mas também a piedade dos familiares para com ele. Daí que eles se identifiquem: foi a mãe, o pai, os filhos quem mandou fazer...

Neste epitáfio, no entanto, algo de inusitado acontece; é que a mulher, Aprónia Máxima, vem qualificada de *pietissima*, «muito piedosa». Não acredito que esse tenha sido um aposto de sua lavra; não lhe teria ficado bem louvar-se a si própria. Acrescente-se, de resto, que são raríssimos, em Epigrafia, os qualificativos dos dedicantes, mesmo quando não passam de uma aceitável expressão de dor: *mater misera*, «mãe despedaçada pela dor», por exemplo. Que se terá passado, portanto, aqui?

Em meu entender, a explicação reside fundamentalmente na expressão *de suo*, que traduzi por «a expensas suas». A intervenção da dedicante cingiu-se, de modo especial, ao pagamento do monumento, como que entregou a sua execução ao artífice. Isto era, evidentemente, habitual. Mas, no caso presente, o artífice «assumiu-se» também ele como interveniente no processo. Inconscientemente, talvez, mas o certo é que, ao pensar no texto a gravar, não conseguiu prescindir do seu papel de executante, diverso do papel da dedicante, e pensou na terceira pessoa quando o normal seria pensar na primeira, identificando, na prática, dedicante com artífice. E «viu», portanto, no gesto da sua cliente, a celebrada *pietas* — daí, o aposto *marita pietissima*.

c) Uma placa funerária

Está depositado no Museu Municipal de Campo Maior o canto inferior direito de uma placa funerária, moldurada, de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa, grão muito fino e superfície bem polida (*foto n.º 6*).

Foi recolhida à superfície, no sítio da Aveleda, freguesia de S. João Baptista (cf. Carvalho 1988a). Mede 32,3x30,7x15,9 cm.

Do que resta do texto apenas se pode concluir que o defunto — de sexo masculino ou feminino, não sabemos — morreu com sessenta anos, ou seja, em avançada idade. Desconhece-se que nome usaria e o nome do pai parece terminar em *-onis* (Caturonis?), o que nos leva a pensar que o defunto se identificaria à maneira indígena, porque só os naturais da Península ainda no início da romanização é que não indicavam em sigla o nome do seu pai.

No final do epitáfio, após a habitual fórmula funerária — H. S. E. S. T. T. L. — viria a menção do dedicante, identificado apenas por um nome — o que está de acordo com o facto de, na identificação do defunto, o patronímico *vir*, como se disse, expresso à maneira indígena. Dado que não é visível a terminação da letra precedente, não se pode reconstituir esse nome: *Iustus?*, *Faus-tus?*...

Apesar das linhas de pauta, bem perceptíveis inclusivé na linha final, a paginação não foi cuidada: a fórmula encavalita-se no termo da l. 3 e o nome do dedicante apresenta espaços interlineares bastante irregulares. Verifique-se que, tal como acontece no epitáfio de Tusculano, também aqui a pontuação foi usada a meio das palavras — o que, aliado à irregularidade de caracteres que igualmente se verifica (hastes oblíquas pronunciadas, vértices acentuados com barras, S de inclinação heterogénea), poderá ser sintoma de que houve uma tradição epigráfica local, apesar de este monumento, pela paleografia e pelo tipo de moldura, ser datável, como diz Rogério Carvalho, da segunda metade do séc. I da nossa era.

d) Um fragmento com numeral inscrito

Considereei (Encarnação 1984, 662-663) como pertencente a uma inscrição funerária o fragmento de mármore branco do tipo Estremoz-Vila Viçosa, identificado por José Leite de Vasconcelos (1916) como uma *tabula* e inserido por Scarlat Lambrino (1967, 208-209) no catálogo do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, de Lisboa, a cuja colecção pertence. A peça foi achada, por ocasião de trabalhos agrícolas na Tapada da Pombinha, perto da Senhora da Enxara, nos arredores de Ouguela (*foto n.º 7*).

De facto, a forma de placa, a existência de um numeral — XVIII — e a hipótese de a fractura do lado esquerdo ter ocorrido pelo corte da perna vertical esquerda de um N — levaram-me a pensar que se tratava da normal indicação da idade com que a personagem falecera.

Hoje, embora continue a pensar — quer pelo desenho dos caracteres, quer pelo que resta da moldura inferior, em gola encurtada — que se trata de um monumento romano, sou, todavia, menos afirmativo do que em 1984. De facto, a anormal altura das letras (11,5 cm) e a circunstância de haver um grande espaço sob elas (23 cm) sem qualquer inscrição quando seria de esperar a

ocorrência de fórmulas finais como H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis), suscitam sérias reticências quanto à natureza funerária da inscrição.

Trata-se, sem dúvida, pela sua diminuta espessura (7/8 cm), de uma epígrafe a incluir em monumento de uma certa grandiosidade. Por isso, estou em crer que uma prospecção cuidada na área do seu achamento poderá trazer informações preciosas, proporcionando quiçá a recuperação dos fragmentos em falta.

De qualquer modo, o inusitado da peça constitui mais um argumento a favor da ocupação romana no local.

e) Um miliário de Severo Alexandre⁷

Na cópia manuscrita — começada por António Carvalho a 26 de Dezembro de 1918 — de uma *Memória apresentada à Academia Real de História Portuguesa por Estêvão da Gama de Moura e Azevedo*, em data que, por enquanto, não sei precisar, e que tem por título *Notícias de antiguidade, aumento e estado presente da vila de Campo Maior, tiradas de A. A. papéis autênticos e tradições antigas, e conservadas na memória de seus naturais*, alude-se, na pág. 2, a uma coluna cuja ponta «se descobria» junto da ermida de S. Pedro, desta vila, a qual «fizemos desenterrar e levantar como hoje se vê», para usar da sua expressão. A pedra, que media onze palmos de comprido e dois e um quarto de diâmetro, fora — por requisição feita em 1749 — guardada «no pátio ou cavalariça das casas de D. João de Aguilhar Meira».

«As letras que estavam para baixo se lêem sem equivocação», afirma o académico; «porém, as que estavam descobertas estão gastadas pela aplicação dos golpes que, com outras pedras, lhe davam os ignorantes».

A leitura apresentada (*vide reprodução — foto n.º 8*) é a seguinte:

I.M.P.CAES
M.....SEVERVS
.....EIVSEELIX...
PONTI.EEXMAXIMVS
TRIB.POTES.P.P.COS
PROCONSVL FECIT.
LIII.

O monumento parece ter desaparecido ou, pelo menos, ainda não foi recuperado. Identifiquei-o como miliário⁸ do tempo do imperador Severo

⁷ Utilizo aqui parte do texto que publiquei no «Ficheiro Epigráfico» (cf. Encarnação 1988).

⁸ Denomina-se miliário um marco que se destinava, originalmente, a ser posto ao longo das vias. O nome deriva de *militia*, «milha», porque, em princípio, esses marcos deveriam ser

Alexandre, cujo nome foi martelado em consequência de *damnatio memoriae*⁹ — daí a expressão utilizada por Moura e Azevedo «...gastadas pela aplicação dos golpes que, com outras pedras, lhe davam os ignorantes». Só que, nesta circunstância, não teriam sido propriamente ignorantes os autores dos golpes...

Poder-se-á, pois, reconstituir assim o texto original:

- IMP(erator). CAES(ar)
 M(arcus). [AVRELIVS]. SEVERVS
 [ALEXANDER]. PIVS FELIX [AVG(ustus)]
 PONTIFEX MAXIMVS
 5 TRIB(unicia). POTES(tate). P(ater). P(atriciae). CO(n)S(ul)
 PROCONSVL FECIT.
 (milia passuum) LIII

Em português, teríamos:

O imperador César Marco Aurélio Severo Alexandre, Pio, Feliz, Augusto, Pontífice Máximo, dotado de poder tribunicio, Pai da Pátria, cônsul, procônsul, fez.

Cinquenta e três milhas.

O miliário data de 222-225, já que Severo Alexandre assumiu em Janeiro de 226 o segundo consulado.

Cinquenta e três milhas seria, pois, a distância daqui até Emerita, pela via que unia Scallabis à capital da Lusitânia. Esta é, por conseguinte, uma precisão do maior interesse histórico, tanto mais que, segundo os cálculos feitos com base num documento do século III da nossa era, o chamado *Itinerário de Antonino*,¹⁰ é possível que em Campo Maior ou muito próximo se situe a povoação de Ad Septem Aras. Diz Jorge Alarcão, a este propósito (1983,

colocados de milha a milha, o que habitualmente não acontece, pois são levantados, geralmente, no começo da via ou junto de uma povoação importante. A inscrição contém a identificação do imperador em cujo reinado a via foi aberta (nome, títulos, cargos ocupados), o que fornece, por conseguinte, importantes informações de âmbito cronológico, e termina habitualmente, quando o miliário se encontra no percurso da via, pela indicação do número de milhas de que o local dista da povoação considerada o seu início. Sobre miliários e seu significado pode ver-se, com proveito, a síntese publicada por Vasco Mantas numa das fichas extratexto da revista «Arqueologia» (Porto), 5, Junho de 1982.

⁹ Após a morte, alguns imperadores foram, pelas suas virtudes, divinizados pelos Romanos: tornavam-se *divi*, «divinos». Doutras, porém, as atrocidades cometidas eram tamanhas que a sua memória foi amaldiçoada. Daí a expressão *damnatio memoriae*, «condenação da memória». Severo Alexandre, que reinou de 222 a 235, foi um dos amaldiçoados: depois da morte, o seu nome foi picado em todos os monumentos.

¹⁰ Veja-se, a propósito deste itinerário, a síntese incluída por Jorge Alarcão no seu *Portugal Romano*, Lisboa,³ 1983, 67.

80-81), que «Ad Septem Aras, a julgar pelo nome, deve ter começado como um santuário rural». Na verdade a expressão «sete altares» indicia a presença de um local de culto. Ora, como vimos, a ábula votiva achada na Herdade da Defesinha traz em siglas o nome da divindade, o que é sintoma da existência de um santuário perto. Por conseguinte, os dados começam a agrupar-se com algum sentido.

f) Um segundo miliário

Encontra-se actualmente no Museu Municipal de Campo Maior o miliário, de granito, bem cilíndrico (*fotografia nº 9*), já referenciado desde remotos tempos¹¹. O texto que ostenta resulta de uma regravação feita, há muitos anos, a partir de um texto incompletamente desaparecido com a erosão e os maus tratos. A epígrafe inicial ocuparia uma superfície mais larga e só esta franja, porque mais protegida, se salvou e foi avivada desajeitadamente. Mede 145 cm de altura e 35 de diâmetro.

Concordo com Rogério Carvalho: «Será sempre — muito provavelmente — mera conjectura o que se disser acerca da verdadeira identidade do imperador aqui referido». «Tudo gira», diz aquele investigador, «em torno da resposta a esta questão: o texto começaria na actual linha 1, ou seja, com DOMI? Parecem-nos que não, porque o módulo das letras (que poderá ter-se baseado no original) é demasiado grande para um texto iniciado com *Dominus Noster*; não teremos, portanto, um imperador posterior a Diocleciano, inclusive porque, nesse caso, o conjunto dos títulos seria incomparavelmente maior. *Domitianus* seria, por conseguinte, uma das palavras possíveis e a epígrafe poderia estar referida ao imperador Domiciano (81-96), o que justificaria inclusive o desaparecimento de parte do texto, uma vez que Domiciano sofreu uma *damnatio memoriae*».

No entanto, como também escreve R. Carvalho, «EMERITE não padece dúvida — pelo menos, à primeira vista — porque se trata da indicação de que de Mérida até ali seriam *tantas milhas*».

Mais uma confirmação, portanto, de que por ali passava a via que, de Scallabis, seguia até Mérida, a capital de província.

¹¹ Rogério Carvalho (1988b) transcreve . d¹ «O Archeologo Portuguez»(3, 1897, 105), o seguinte passo retirado por Pedro A. de Azevedo das *Memorias Parochiaes de 1758*, tomo VIII, f. 572:

«Neste sítio estão umas colunas de pedra, obra que parece ser dos Romanos, com vários caracteres que já se não podem ler e apenas em uma delas se percebe a palavra EMERITENCIS e o tempo tem descoberto neste lugar outros sinais de edificios».

Referência idêntica vem na *Memória histórica da Junta de Campo Maior*, de Frei João Mariano de Nossa Senhora do Carmo Fonseca, editada por António José Torres Carvalho (Elvas, 1912).

CONCLUSÃO:

Uma população de origem itálica

São muito escassos os dados epigráficos de que dispomos para o estudo da população que, ao tempo dos Romanos, estanciou no território hoje ocupado pelo concelho de Campo Maior.

Os dois miliários apontam, desde já, a ligação da zona aos centros populacionais e administrativos mais importantes da província e, através deles, ao mundo romano.

Na realidade, as manifestações artísticas — designadamente o que observámos na ara funerária de Gaio Márcio Tusculano — sugerem que a população conhecia bem os cânones estéticos clássicos.

Mas há uma outra análise que ainda podemos fazer, justamente com base nessa ara, que é o único documento que nos informa acerca da onomástica.

O defunto pertence a uma família Márcia que está bem representada no vizinho termo de Elvas (cf. Encarnação 1984, 654-656). O seu cognome, *Tusculanus*, formado a partir do topónimo Túsculo, cidade do Lácio, indicia, por seu turno, que ele próprio ou os seus directos ascendentes seriam originários daquela zona da Península Itálica. A mulher pertence também a uma família, a Aprónia, escassamente representada no território peninsular e cuja proveniência itálica se me afigura assaz plausível.

Não podemos, obviamente, generalizar a toda a população o que acabo de afirmar. Isso não diminui, porém, o seu valor como índice importante a ter em conta. E, assim, a possibilidade de a zona de Campo Maior ter sido povoada com colonos itálicos não é, pois, desprecianda, sobretudo se tivermos em conta que ela pertencia ao território emeritense e, como diz Agénio Úrbico (cf. Encarnação 1984, 774), esse território, devido à sua extensão, começou a ser povoado por veteranos a partir das zonas mais afastadas da cidade.

Por outro lado, a epigrafia disponível até ao momento não comprova a existência de um importante estrato populacional pré-romano (é dubitativa, como vimos, a reconstituição do fragmento de epitáfio onde o defunto pode vir identificado à maneira indígena).

Aguardemos, por conseguinte, que novos achados epigráficos e arqueológicos possam vir confirmar ou corrigir a hipótese enunciada¹².

¹² Agradeço a Rogério Carvalho e à Câmara Municipal de Campo Maior todo o apoio que amavelmente me dispensaram para a elaboração deste trabalho. A Guilherme Cardoso, o meu reconhecimento pela colaboração: deve-se-lhe a boa qualidade das fotografias.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Pedro A. de, *Noícias arqueológicas colhidas em documentos do século XVIII*, «O Archeologo Portuguez», 3, 1897, p. 247-252.
- CARVALHO, Rogério, *Uma placa funerária de Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 25, 1988, nº113.
- CARVALHO, Rogério, *Miliário de Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 25, 1988, nº114.
- DIOGO, A. M. Dias, *Ara votiva de Ougueta, Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 8, 1984, nº32 = «L'Année Épigraphique», 1984, 475.
- ENCARNAÇÃO, José d', *Inscrições romanas do conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- ENCARNAÇÃO, José d', *Miliário de Severo Alexandre em Campo Maior*, «Ficheiro Epigráfico», 25, 1988, nº115.
- LAMBRINO, T. Scariat, *Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos*, «O Archeólogo Português», IIIª série, 1, 1967, p. 123-217.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Entre Tejo e Odiana*, «O Archeologo Português», 21, 1916, p. 152-195.



Foto 1



Foto 2

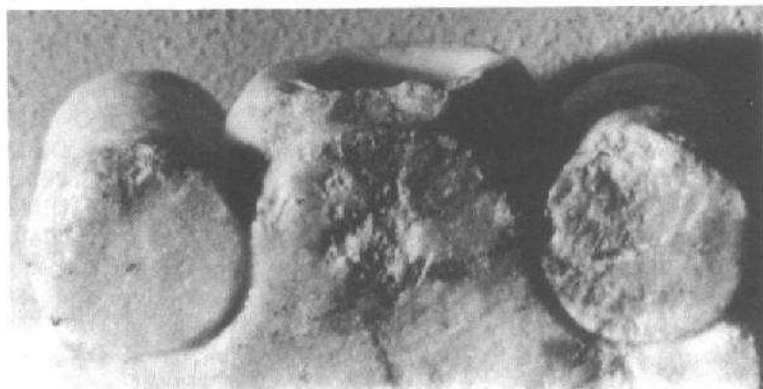


Foto 3



Foto 4



Foto 5

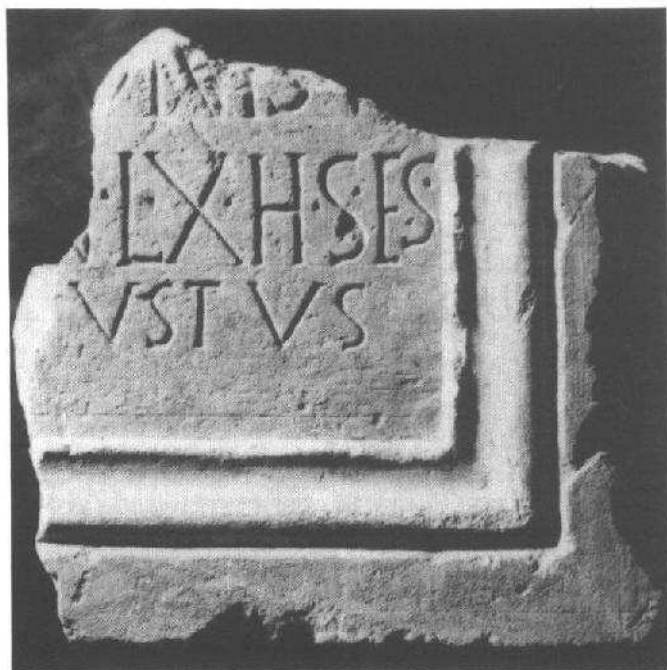


Foto 6



Foto 7

I·M·P·CAES
 M..... SEVERVS
 EIVS EELIX.....
 PONTIFEX MAXIMVS
 TRIB. POTEST. P.P. COS
 PROCONSUL FECIT.
 LIII.

Foto 8

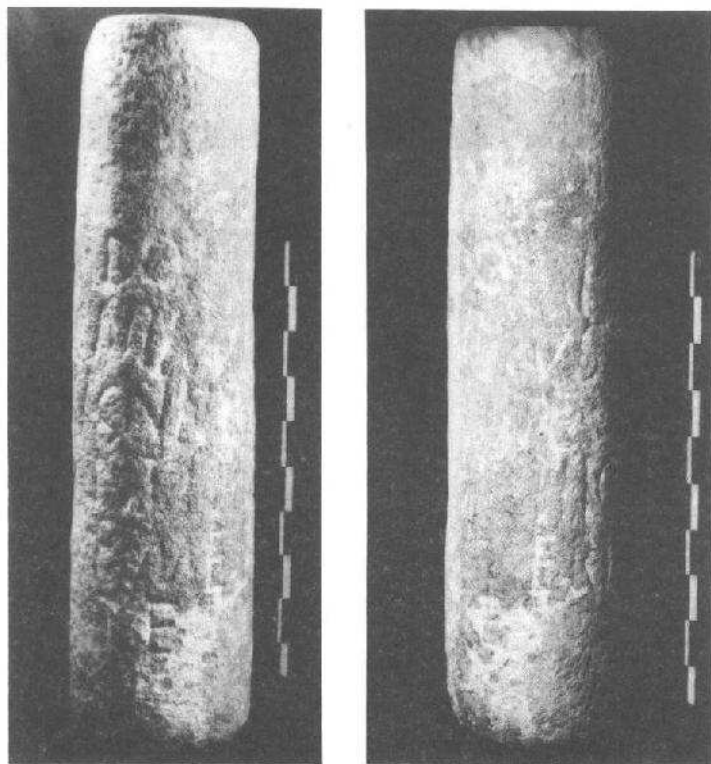


Foto 9